

1 **ATA PNAB 03/25 – COSTA SUL - SÃO SEBASTIÃO/SP – CONSULTA PÚBLICA PARA APLICAÇÃO**  
2 **DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA, NO DIA 20 DE AGOSTO DE**  
3 **2025**

4 Aos 20 dias de agosto de 2025, às 18 horas e 20 minutos, no Polo Cultural de Boiçucanga,  
5 localizada na Costa Sul de São Sebastião, situada na Rua Maria Aparecida de Moura, 99, em  
6 Boiçucanga. A Sra. Camila Marujo, consultora em políticas públicas, produtora cultural e gestora  
7 de projetos, contratada pelo Município para explicar sobre a Política Nacional Aldir Blanc de  
8 Fomento à Cultura no Ciclo 2, doravante denominada PNAB, sua aplicação em âmbito municipal  
9 e para mediar o diálogo entre a sociedade civil e os responsáveis pela aplicação do recurso no  
10 município, se apresenta e dá boas-vindas à população. Camila diz que a ideia é que este processo  
11 de escuta seja para tirar dúvidas. Faz uma contextualização histórica quanto às leis de captação  
12 de recurso público e de assistencialismo no que tange à Cultura. Diz que os principais objetivos  
13 da PNAB são 1) estimular o fomento à cultura pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;  
14 2) Garantir o financiamento e a manutenção de agentes, espaços e ações artístico-culturais; 3)  
15 Democratizar o acesso e a produção artística. **Diz que o município de São Sebastião receberá**  
16 **R\$587.246,27 por repasse.** Ressalta que há obrigatoriedade de execução da PCNV (Lei nº  
17 13.018/14) para Municípios que receberam valores acima de R\$360.000,00. Projeta o slide com  
18 o artigo 5º da Lei nº 14.399/22 e demonstra quais ações e atividades poderão ser aplicados os  
19 recursos da PNAB. Recomenda que os municípios utilizem os 5% de operacionalização do  
20 recurso que a Lei prevê. Diz que no Art. 7º, a Lei prevê que 80% sejam executados em ações e  
21 atividades de cunho livre e 20% tem que ser executado em áreas periféricas, urbanas e rurais,  
22 bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais. Fala sobre as diferenças entre os  
23 Pontos de Cultura e os Pontões de Cultura de acordo com a PNCV. Mostra a Portaria MINC nº  
24 206/2025, que dispõe que as premiações de Coletivos sem CNPJ sejam de 10 mil a 30 mil reais  
25 e os com de 10 a 60 mil; que os termos de compromisso cultural devem ser somente para  
26 entidades com CNPJ, de ponto é 90 a 300 mil reais e de pontão de 300 a 800 mil reais. Que a  
27 certificação de novos pontos deve ser apenas através de editais de premiação e que os editais  
28 de projetos continuados poderão concorrer somente os Pontos já certificados, diferentemente  
29 do Ciclo 1. Fala das obrigações vinculadas ainda na normativa, que os valores recebidos acima  
30 de 200 mil reais para a PNCV, deverá investir pelo menos 50% em editais de fomento a projetos  
31 (TCC). Obriga também que garanta 30% das vagas dos editais para Pontos com trajetórias nestas  
32 áreas. **Cita que as ações afirmativas são obrigatoriamente destinadas a 25% para pessoas**  
33 **negras (pretas ou pardas), 10% para pessoas indígenas e 5% para pessoas com deficiência,**  
34 **pelo menos.** Se, por exemplo, as cotas de PcD não forem preenchidas, cumprir as cotas com

35 indígenas ou pessoas negras. As medidas de acessibilidade não exigem mais porcentagem  
36 mínima para acessibilidade, entretanto ainda são pedidos recursos de acessibilidade  
37 arquitetônica, atitudinal e comunicacional. Camila passa a palavra para o público para que se  
38 discuta o impacto da execução dos projetos culturais na Lei Aldir Blanc, no Ciclo 1. Apresenta  
39 em tela também os valores. **Valor total a ser recebido: R\$587.246,27; PNCV 25%: R\$146.811,56**  
40 **(-); Operacionalização 5%: R\$ 29.362,31 (-); Sugestão Setorial de Literatura e Bibliotecas: R\$**  
41 **50.000,00 (-); Valor final: R\$361.072,40.** Foi proposto na oitava de 18 de agosto de 2025 uma  
42 possibilidade de credenciamento, com execução direta pela prefeitura, para atendimento dos  
43 bairros e prestação de serviços específicos, para além do território, em R\$72.214,48, em 20%,  
44 com base no valor final de R\$361.072,40, **que é R\$117.449,26**, que surgiu como uma demanda  
45 para contratação direta de artistas para atividades e ações menos burocratizadas ou pontuais,  
46 para democratizar o acesso ao recurso para os artistas e formadores que têm menos preparação  
47 ou arcabouço técnico para a produção ou que não desejam se profissionalizar na área de  
48 produção. Na oitava do dia 19, a população seguiu com as propostas: Gustavo Leite, apelido  
49 Simba, diz que tem um projeto no bairro de Maresias há 20 anos e que há um grande evento  
50 anual. Propõe a execução direta de seu projeto. Apresenta o evento Mareginga que atende  
51 muitas crianças e acontece numa área de vulnerabilidade. Camila aponta que é importante  
52 decidir como deve ser feita a execução desta ideia, se por execução direta da Fundação ou se  
53 por Edital, para a democratização do acesso dos eventos na mesma ideia. Diz que é muito  
54 importante definir a maneira de execução neste momento, que o município pode usar o recurso  
55 para execução direta por meio da MROSC, ou pela própria nº 14.133/21. Suelen ressalta que é  
56 uma audiência pública e que as propostas estão sendo registradas e serão tabuladas até a  
57 emissão do PAR, e que as propostas serão votadas em Conselho antes da deliberação. José  
58 Valpereiro pergunta se existe a possibilidade do Município aportar mais recurso para a execução  
59 da Lei. Suelen adianta que não será possível. José também ressalta que nas execuções das  
60 últimas Leis, muitas vezes o proponente não cumpriu o papel de responsabilidade do projeto,  
61 servindo apenas para aumentar a pontuação. Daniela Navarro se apresenta, diz que trabalha na  
62 FUNDACC, diz que Gustavo trouxe o projeto dele e que é importante que os artistas proponham  
63 Modelos de editais, para que possa ser contemplado, que isso é mais frutífero que a execução  
64 direta municipal de cada projeto de cada presente. Nelma ressalta que a Fundação deve estar  
65 estruturada para receber uma política pública plurianual de cultura. Questiona se é pertinente  
66 retirar o recurso da Lei para a aplicação direta na biblioteca, da mesma maneira que o recurso  
67 da Operacionalização. Dialogou-se também sobre a possibilidade de premiação de espaços  
68 culturais para a titulação como Ponto de Cultura e para facilitar o subsídio dos espaços que se  
69 fortaleceram nos últimos ciclos. Foi reforçada a importância de enviar os formulários on-line

70 pois é a maneira mais segura de fazer a medição dos dados. Foi sugerida também a possibilidade  
71 de premiação. Existe um consenso em executar Premiação no valor de R\$ 20.000,00 para as  
72 políticas da PNCV. Manifestação do Gustavo Leite a sugestão de 8 projetos de 20 mil reais,  
73 arredondando o valor proposto para a PNCV. Wilton sugere que a pergunta norteadora deve  
74 ser o que o município deve priorizar, contemplar mais pessoas ou promover um valor de recurso.  
75 Alex se apresenta, diz que é advogado da Fundaci e que o credenciamento é uma opção muito  
76 viável e interessante porque é desburocratizado e oferece oportunidades iguais aos prestadores  
77 de serviços para atingir as pessoas. Cida diz que, por exemplo, no caso dela onde há a formação  
78 com consumo de matéria-prima, não há como atingir a periferia se os alunos tiverem que gastar  
79 dinheiro próprio na compra dos recursos. Wilton sugere também a premiação para agentes  
80 culturais, 10 premiações de 5 mil reais. Suelen e Camila sugerem inclusive que o recurso de 20%  
81 seja utilizado para Fomento de atividades nos territórios, dentro do recurso obrigatório. Wilton  
82 sugere que haja formação de agentes culturais dentro da operacionalização porque já teve a  
83 experiência prática de pessoas que perderam o acesso ao recurso porque não sabiam diferenciar  
84 um portfolio de um currículo. Nelson propõe que 2/3 da verba de operacionalização sejam  
85 usados para formação e 1/3 para a operacionalização de fato. Camila ressalta que as formações  
86 podem ser feitas por parceria com entidades estatais, paraestatais, mas que o  
87 acompanhamento deve ser feito apenas com operacionalização. Wilton propõe uma oficina de  
88 elaboração de projetos, confecção de portfolio e prestação de contas. Camila sugere que é  
89 possível pedir que a prestação de serviço seja tanto de formação quanto de acompanhamento.  
90 A plenária propõe também que a Fundação arque com o custo de formação e que o recurso da  
91 Aldir Blanc de operacionalização seja utilizado exclusivamente para o acompanhamento da  
92 execução dos projetos (controle e monitoramento). Diz também que a nivelção do valor aos 20  
93 mil é muito pertinente. **Na sessão do dia 20 de agosto, o diálogo segue com** as perguntas  
94 norteadoras e a Plenária reconhece que as aplicações das Leis Aldir Blanc tiveram impacto  
95 positivo na categoria e no cenário artístico. Que muita gente seguiu realizando os trabalhos  
96 artísticos por conta deste incentivo. Carmem diz que se o Plano Municipal de Cultura já tivesse  
97 sido formalizado, e se já tivesse participação ativa tanto na LOA quanto na PPA, seria possível  
98 vislumbrar a construção de uma política cultural no município. Paloma diz que os Editais são  
99 como loterias e que muitas vezes se fazem planos que, por não terem o recurso contemplado,  
100 se findam as oportunidades. Camila então fala a respeito da capilarização do recurso público  
101 para atingir as pessoas. Cita a formação do setor cultural, dos profissionais envolvidos, dos  
102 gestores, mas principalmente de **público**. Luiz Paiva diz que muitas vezes os municípios se  
103 acomodam com estes recursos federais e que não aplicam mais os recursos públicos no fomento  
104 cultural municipal. Thauany diz que é importante a formação de público e que agora há uma

105 parceria entre a SEDUC e a Fundass pelo credenciamento. Diz também que os mestres de cultura  
106 dizem que a captação via projeto é muito difícil, pela organização prévia e pela prestação de  
107 contas. Diz que os valores pequenos em comparação aos outros prêmios. Que gostariam que  
108 caso não tenha uma categoria exclusiva para eles se inscreverem, que tivesse uma pessoa  
109 exclusiva para fazer a inscrição e que aceitasse a inscrição via vídeo ou escrita. Luiz Paiva pede a  
110 palavra e diz que é contra os 5% da operacionalização. Breno diz que a proposta do setorial de  
111 literatura e bibliotecas é provocativa à Costa Sul, uma vez que não tem biblioteca na Costa Sul.  
112 Carmen diz que a biblioteca da Costa Sul foi destruída por antigas gestões. É um consenso na  
113 plenária se colocam contrários. Pedro pede a palavra e diz que não faz sentido um investimento  
114 a mais na biblioteca central. Carmen diz que isso não quer dizer que não se quer editais na área  
115 de literatura e bibliotecas, mas que são veementemente contra o investimento em execução  
116 direta na Biblioteca do Centro. Juliana diz que tem dificuldade em acessar o recurso no sentido  
117 de mestres. Pede Bolsas para os mestres de cultura. Diz que o valor padronizado para o fomento  
118 e o credenciamento é complexo. Diz que é importante destacar o que vai definir o que é um  
119 território periférico. Reforça que credenciar é difícil, mesmo que em trabalhos periféricos, e que  
120 o ideal seria pensar em como formar essas pessoas que não possuem o arcabouço técnico para  
121 que possam de fato ser autônoma. Deise diz que a possibilidade de formação enquanto oficina  
122 é possível. Luiz pede a palavra e diz que R\$30.000,00 é 'esmola pra prefeitura' e que o mínimo  
123 que ela podia fazer é tocar a operacionalização. Camila reforça que o valor é muito relativo em  
124 relação ao tamanho do processo ou do projeto. Juliana pede que os editais sejam abertos para  
125 Pessoa Física e Pessoa Jurídica. A plenária entende que o subsídio, como foi no ano passado,  
126 seria melhor. Juliana pede também que as ações feitas nas áreas periféricas também sejam  
127 feitas por artistas periféricos. Thauany propõe que 50% do montante total sejam contempladas  
128 para a Costa Sul. Propõe aumentar as cotas, 50% para pessoas negras, 25% para pessoas  
129 indígenas e 10% para pessoas PcD. Propõe cotas para povos tradicionais. Que seja um critério  
130 de desempate os territórios atingidos pela catástrofe climática. Defende a proposição dos 5%  
131 de operacionalização para que os projetos sejam acompanhados porque é uma demanda. Diz  
132 que é importante formar as pessoas conselheiras. E que também é importante atualizar o site e  
133 aprimorar o sistema. Malu diz que as pessoas idosas ficaram à parte e que é importante ter  
134 acesso por meio de cotas. Letícia diz que ou se utiliza de dados para a definição dos espaços  
135 periféricos, ou "tudo vira periferia". Juliana pede a redefinição do termo "agentes  
136 sebastianenses". Thauany propõe para a utilização do recurso da PNCV, metade pros mestres  
137 de cultura (5 mestres com 2100 por 6 meses) e metade pra premiação (4 de 18 mil). Letícia cobra  
138 o Plano de Cultura. Breno propõe segmentar os 5 mestres para que não se acumulem. Luiz  
139 defende novamente o corte de 5% e existe consenso na plenária. A plenária não se manifestou

140 a favor do credenciamento e ficou no fomento. É um consenso na plenária que olhar para  
141 projetos é mais relevante do que os espaços, porque os próprios espaços podem desenvolver  
142 projetos. Às 21 horas e 22 minutos a audiência foi encerrada. A ata foi elaborada por Emilio  
143 Sangiorgi Mota.